



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | N°. 12 | Ano 2023

# INTERPRETAÇÃO DA VISÃO EPISTEMOLÓGICA SOBRE A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE MICHEL DE CERTEAU

INTERPRETATION OF MICHEL DE CERTEAU'S EPISTEMOLOGICAL  
VISION OF THE HISTORIOGRAPHICAL OPERATION

---

**RESUMO:** Este artigo busca compreender a visão apresentada na obra *A Escrita da História*, de Michel De Certeau, publicada em 1982, cuja tradução foi realizada por Maria de Lourdes Menezes, sob chancela da Editora Forense-Universitária, Rio de Janeiro. Nesta obra, Certeau procurou demonstrar a escrita como uma linguagem invertida da prática histórica ou historiográfica, que deve comportar uma dimensão didática para garantir a obediência de uma sequência lógica das metodologias específicas como a comparação, entrevista e cronologia, sob a ordenação de forma concatenada dos assuntos abordados. Foram arrolados como categorias e unidades de análise alguns pesquisadores, tidos como fontes secundárias, a exemplo de Adam Schaff, Stuart Hall e Peter Burke.

**Roberto Momade Preto**

**PALAVRAS-CHAVE:** História; Historiografia; Paradigma; Epistemologia; Ciência.

---

**ABSTRACT:** This article seeks to understand the vision presented in Michel De Certeau's *The Writing of History*, published in 1982 and translated by Maria de Lourdes Menezes under the auspices of Editora Forense-Universitária, Rio de Janeiro. In this work, Certeau sought to demonstrate writing as an inverted language of historical or historiographical practice, which must include a didactic dimension to ensure that a logical sequence of specific methodologies such as comparison, interviews and chronology is followed, under the concatenated ordering of the subjects covered. Some researchers were listed as secondary sources as categories and units of analysis, such as Adam Schaff, Stuart Hall and Peter Burke.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre Antônio Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

**KEY WORDS:** History; Historiography; Paradigm; Epistemology; Science.

# INTERPRETAÇÃO DA VISÃO EPISTEMOLÓGICA SOBRE A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE MICHEL DE CERTEAU

Roberto Momade Preto <sup>1</sup>

## Introdução

Este artigo científico é o resultado do cumprimento de uma exigência relacionada à Escrita Acadêmica, no âmbito do Programa/Curso de Doutorado em História da África Contemporânea, em sua segunda edição, oferecido pela Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Pedagógica de Maputo. Essencialmente, este estudo oferece uma descrição explicativa da visão epistemológica do que Michel de Certeau chama de Operação Historiográfica, referindo-se às variadas abordagens na prática historiográfica, assim como aos princípios lógicos e científicos que devem orientar a atuação do historiador tanto na pesquisa quanto no ensino.

Este postulado está também alinhado com a ideia de Adam Schaff, que vê a História como uma rica fonte para a Filosofia, e com a concepção de identidade individual ou coletiva de Stuart Hall, como um elemento influente na abordagem do historiador. Essas visões consideram as práticas sociais como fatores que influenciam a perspectiva pessoal e intelectual do historiador, afetando assim todas as operações interpretativas da história como ciência para a reconstituição do passado humano. Do ponto de vista técnico e metodológico, este trabalho fundamentou-se na análise comparativa e crítica do texto de Michel de Certeau e de outros autores que compartilham ou divergem de suas ideias. A abordagem pedagógica central do estudo está relacionada à questão da escala de análise. Conforme proposto por Certeau, prioriza-se uma abordagem micro, que favorece um foco mais detalhado em vez de uma perspectiva ampla para a reconstituição histórica ou historiográfica.

Além disso, no capítulo II, intitulado 'Operação Historiográfica', Certeau destaca a importância dos depoimentos orais como fontes históricas. Esses depoimentos variam de acordo com as temáticas abordadas, o tempo disponível, a capacidade e os recursos do pesquisador, e a profundidade desejada no estudo. Essa abordagem coincide com minha experiência na coleta de dados no Niassa Oriental (áreas libertadas pela Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO) para a minha tese de doutorado. A análise documental que fundamenta este artigo concentrou-se intensamente no comentário ao mencionado capítulo II. Nela, examinei o tipo de informação e a tendência histórica e historiográfica, empregando métodos estabelecidos pela doutrina científica,

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma. Doutorando em História da África Contemporânea pela Universidade Pedagógica de Maputo. [robertofakirdin68@gmail.com](mailto:robertofakirdin68@gmail.com)

como o cruzamento entre diferentes fontes históricas, para aprofundar o entendimento nesta área de conhecimento.

Baseando-me em uma abordagem de triangulação dos aspectos discutidos neste ensaio, convoquei pensadores como Adam Schaff (1978), cuja visão sobre a relação cognitiva e o processo do conhecimento eu explorei; Stuart Hall, que aborda a identidade na pós-modernidade; e Peter Burke, com suas perspectivas inovadoras na 'História da História'. Os insights desses autores foram fundamentais para reforçar minhas interpretações e análises, formando assim o conteúdo deste artigo.

## II. Um olhar sobre a visão epistemológica de Michel de Certeau

Michel de Certeau inicia sua abordagem apresentando questionamentos referentes às modalidades de práticas entre a missão primária e o engenho do historiador ao fazer a reconstituição histórica ou historiográfica, levando sempre em conta a questão das práticas sociais, na medida em que este profissional emerge no ambiente comunitário de convivência global, inserindo-se como membro ativo e com responsabilidades acrescidas pelo seu ofício profissional. O historiador é globalmente visto como uma personalidade repleta de boas virtudes e serve de ponto de referência para grande parte de estudantes e outros admiradores.

No seu alinhamento explicativo, Michel de Certeau entende que encarar a História como uma operação científica é compreendê-la como uma relação entre um lugar ou procedimentos de análise e a construção de um texto histórico. Este autor indica também que admitir a História como operação é reconhecê-la como parte da realidade que se pode apropriar e como atividade humana enquanto prática. História como operação, de acordo com Michel de Certeau, constitui um lugar social de práticas científicas e de escrita de forma combinada em conformidade com a concordância ou não na descrição dos eventos.

Michel de Certeau aborda também uma questão denominada Instituição Histórica como sendo a criação de círculos de debate e argumentação histórica na sua globalidade, que a partir daí surgiram disciplinas ligadas aos grupos de trabalho nessa área disciplinar. Partindo desta base, notou-se a especialização das instituições eruditas, políticas, eclesiásticas, ou seja, a emergência de um grande campo de acepções compreensivas da ciência histórica, orientado por uma base de funcionamento de forma recíproca.

A Instituição Histórica tem a ver também com a sociedade de estudos, os princípios e as técnicas de abordagem incluindo a linguagem científica. A Instituição Histórica observa igualmente o movimento que distribui os regimes de manifestações econômica, política, social ou científica nas diferentes formas de atuação como ética do historiador caracterizada pelo rigor

científico, espaços, ambientes, contextos e status sociais dos intervenientes na pesquisa. Significa dizer que a Instituição Histórica, na visão de Michel de Certeau, destaca-se pelo reconhecimento da História Holística, Complexa ou Estrutural como desconstrução da História Episódica, Simplista ou Fatural.

Em linhas gerais, Michel de Certeau apresenta em suas descrições eixos que circundam a problemática epistemológica das Ciências Sociais e Humanas, refutando a existência de três posturas epistemológicas diante da ciência histórica. Contudo, ele reconhece a existência de três modalidades metodológicas básicas: construcionismo, desconstrucionismo e reconstrucionismo na abordagem dos eventos históricos.

Estas modalidades metodológicas são devidamente interpretadas e nelas denotam diferentes níveis de tratamento em cada uma delas. Tal interpretação implicou a convocação de distintos pensadores da área social, cujas ideias foram validadas e algumas formuladas em leis universais que se utilizam como princípios básicos para uma abordagem epistemológica, consentânea com os novos pragmatismos historiográficos emergentes na sociedade acadêmica moderna, como os casos de Weber, Marx, só para citar alguns exemplos.

Michel de Certeau termina sua exposição textual aconselhando a necessidade de observância de uma postura integradora envolvente do historiador, tendo em conta que todas as teorias e metodologias expostas são prevalentes ainda na atualidade, sempre que se trate de posturas epistemológicas em todas as discussões científicas no campo da ciência histórica ou historiográfica ao nível do sistema planetário global.

Esta posição ajusta-se com a defendida por Adam Schaff que concebe a História como a fonte fecunda da Filosofia e demonstra que historiadores de diferentes épocas ou de uma geração contemporânea, têm visões diferenciadas sobre um mesmo acontecimento, com base nos diversificados sistemas de valores com que se baseiam, representando expressão de interesses de classes de diferentes concepções. O posicionamento epistemológico de Schaff baseia-se numa perspectiva profissional, não com fins propagandísticos, mas baseada na ciência praticada ao nível da mais alta competência profissional. A partir deste pressuposto, Schaff (1978) questiona:

- a) Os historiadores mesmo aperfeiçoando os métodos e as técnicas de investigação científica, julgam e interpretam com prudência as questões e os acontecimentos de maneira diferente, seleccionam, percebem e apresentam os fatos de maneiras diferentes, será que eles fazem-no como propaganda camuflada em vez de fazer ciência?
- b) Se continuarmos na subjetividade do historiador, será necessário ainda continuar-se com os critérios científicos que são aplicados à ciência histórica no universo das Ciências Sociais?

- c) Defender com um elevado rigor o carácter científico da História, conforme defendem os historiadores profissionais, poderá-se atingir a Verdade Objetiva sobre o objeto de estudo?
- d) Como responder positivamente quando se verificam, na prática histórica ou historiográfica, pontos de vista diferentes, efetivamente corretos, sobre um mesmo acontecimento em reconstituição?
- e) Quando é necessário rendermo-nos à evidências reais e concretas que representam os fatos históricos da sociedade que quase todas as gerações são obrigadas a reescrever a História, visando encontrar resultados mais aproximados à verdade dos eventos?
- f) Se a subjetividade no conhecimento histórico é evidente e reconhecida pela historiografia moderna, não vai invalidar a objetividade histórica e o carácter científico da Ciência Histórica?

Em resposta às formulações apresentadas, Schaff destaca que elas conduzem ao campo da Filosofia, considerado essencial para o entendimento do conhecimento científico. Esta abordagem contrasta com a visão dos historiadores positivistas, que tendem a negar a conexão entre História e Filosofia. Henri Marrou, teórico e historiador francês mencionado por Schaff, também contribuiu para esta discussão com suas perspectivas e interpretações relacionadas à história e filosofia. Henri Marrou, citado por Schaff diz:

“[...] O Positivismo tranquilizou a consciência do sábio (“sou apenas um historiador, de modo nenhum sou filósofo...”). É preciso denunciar furiosamente tal maneira de pensar sobre o futuro da nossa civilização ocidental, ameaçada de sucumbir em uma atroz barbárie técnica” (Marrou *apud* SCHAFF, 1978, p. 68).

Para desconstruir a visão positivista, Schaff aponta para a presença da Filosofia em todas as áreas do conhecimento científico, ecoando as ideias de Engels. Ele enfatiza que a negação da Filosofia nas ciências exatas como Física, Química ou Matemática poderia levar à uma adesão inadvertida a uma forma inferior de filosofia. Schaff, ao buscar fundamentação em Engels, alerta os positivistas, sugerindo que o reconhecimento e a integração da Filosofia são essenciais para uma compreensão mais profunda e holística das ciências.

“Toda a escolha e todo o conhecimento pertencente a um grande domínio do campo da História, que pode ser estratificado em História Local ou Mundial, História de uma raça ou de uma classe, são inexoravelmente controlados por um sistema de referências no espírito daquele que selecciona ou reúne os factos. Este sistema de referências contém tudo o que se julga necessário, possível, desejável assim como tudo o que se pensa” (SCHAFF, 1990, p. 68).

A visão epistemológica de Engels, que Schaff destaca, enfatiza a importância fundamental da Filosofia nas ciências exatas e aplicadas. Engels argumentava que a Filosofia é o cerne de todas

as ciências, uma intervenção crucial para o entendimento e progresso do conhecimento científico. Este ponto de vista era especialmente relevante antes da revolução nas Ciências Sociais, quando as ciências exatas e aplicadas reivindicavam a supremacia na definição de ciência. Schaff, inspirado por esta visão, recorre também a Ernest Nagel para reforçar seus argumentos teóricos, com os seguintes dizeres:

“Tal como os outros intelectuais, os historiadores profissionais possuem raramente a consciência dos conceitos que organizam, os materiais de que se servem na sua disciplina, ou dos princípios segundo os quais avaliam. Os historiadores escreveram tanto acerca das técnicas especializadas da sua profissão assim como dos problemas gerais que são formulados em relação com a crítica interior ou exterior dos documentos e outros testemunhos do passado de um grupo isolado ou da humanidade em geral” (SCHAFF, 1990, p. 70).

No entanto, ainda de acordo com Nagel, os historiadores dão muita atenção às questões filosóficas, a exemplo da estrutura da explicação na história e o que a fundamenta, bem como os laços de causalidade nas investigações históricas. Todos esses aspectos foram objeto de ampla discussão no ambiente dos filósofos profissionais ou investigadores capazes de elaborar um pensamento filosófico em outras disciplinas sociais. Neste campo, Nagel apresenta uma crítica segundo a qual os historiadores, de maneira geral, ao se pronunciarem sobre problemas desse gênero, repetem as mesmas ideias filosóficas que eles adotam de forma involuntária em seus estudos ou das leituras que fazem, mas raramente as submetem a uma crítica rigorosa à luz de sua própria prática investigativa profissional.

Na visão de Schaff, este postulado de Nagel cria um certo ceticismo radical ou um relativismo por parte dos historiadores contemporâneos no que se refere às possibilidades de um real conhecimento histórico objetivo sobre a verdade material dos acontecimentos, que se expressam pela verificação da atividade humana nos diferentes contextos de vida em comunidade ou sociedades inteiras, ao nível do sistema planetário global. De acordo com este pensador, os historiadores, em geral, não aplicam suas análises históricas concretas em sua disciplina. Em uma análise geral, Schaff alerta que a situação metodológica e teórica no campo da ciência histórica preocupa mais os filósofos do que os próprios historiadores, especialmente os especialistas da corrente positivista.

Raymond Aron, também citado por Schaff, reforça a ideia de que a maior responsabilidade pela confusão teórica que domina os historiadores, no que diz respeito aos limites entre a História e a Filosofia, é dos próprios filósofos. Aqui, o grande desafio é a objetividade do conhecimento e da verdade na ciência histórica, que se presume ser responsabilidade da filosofia esclarecer.

Demonstrando três modelos do processo do conhecimento, Schaff argumenta que tanto em História quanto em outras áreas científicas, o processo do conhecimento e da verdade tem sua origem na Filosofia. Assim, destaca-se um circuito pedagógico concêntrico tridimensional como:

- **O sujeito que conhece** – este modelo admite o sujeito como agente passivo, contemplativo e receptivo cujo seu papel na relação cognitiva é de registrar estímulos vindos do exterior;
- **O objetivo do conhecimento** – este modelo caracteriza-se pela teoria do conhecimento onde o sujeito assume-se como criador da realidade. Neste modelo, o objeto do conhecimento desaparece, mas, o papel do sujeito ganha uma maior preponderância;
- **O conhecimento como um produto cognitivo** – este terceiro modelo vinca-se por uma relação cognitiva real entre sujeito e objeto onde atuam ao mesmo tempo um sobre o outro.

Schaff argumenta que, na era moderna, a primeira concepção surge do abalo sofrido pela antiga ordem econômica e social. Nessa transição de uma formação para outra, observa-se a desagregação dos laços entre o indivíduo e a sociedade, e conseqüentemente, no nível da consciência, a incompreensão do papel da sociedade no condicionamento do indivíduo. O autor sustenta que o homem é, na realidade, o conjunto das relações sociais, e se abstrairmos desse conteúdo social da pessoa humana, restam apenas os laços únicos que subsistem entre os homens através do individualismo.

Na História não existe uma verdade absoluta, mas sim uma verdade como paradigma com um determinado fio condutor. O debate sobre o passado deve ser permanentemente concebido como um terreno fértil, com uma estrutura coerente para uma abordagem histórica cientificamente convincente e aceitável. Esta exigência sobre a nova abordagem científica resulta dos novos modelos conceituais na aplicação das regras metodológicas típicas da Nova História, como fonte doutrinária e filosófica emergente da Escola dos Annales, que Peter Burke chama de 'História da História: Novas Perspectivas'. Em sua obra, Burke apresenta a 'Nova História, seu Passado e seu Futuro'.

Burke afirma que o modelo historiográfico do século XIX evoluiu rapidamente para uma história mundial em que todas as sensibilidades históricas ou historiográficas são consideradas e respeitadas. Nesta fase da Nova História, exploram-se novos campos da atuação humana, surgindo várias acepções compreensivas da ciência histórica estudadas em partes, como História Política, Econômica, Social, Cultural, entre outras variantes. A profissionalização dos especialistas também passou a respeitar este novo modelo, surgindo novas terminologias históricas, como Eco-história para designar a história do meio ambiente, Geopolítica, História urbana, entre outros.

De acordo com Burke, a Nova História é um conceito de origem francesa, associado aos princípios da Escola dos Annales, alicerçada na economia, sociedade e civilização. Como corrente doutrinária, Burke assume a Nova História como um olhar para a ciência histórica numa dimensão de História Total, holística, complexa, estrutural ou como História Problema.

Partindo destas variações, Burke apresenta seis pontos de diferença entre a Antiga e a Nova História, ou seja, entre História Vista de Cima e a de Baixo:

1. No Paradigma Tradicional (História Vista de Cima), a História aborda aspectos ligados a política centrada na vida nacional e internacional, deixando de lado a dimensão regional dos feitos dos homens;
2. Neste paradigma também se dá relevância a narrativa dos eventos;
3. Este paradigma enaltece os feitos dos grandes senhores como generais militares, estadistas, imperadores, eclesiastas (história elitista), deixando em contrapartida, a ação das massas com maior intervenção social;
4. A História “vista de cima” ou Paradigma Tradicional, defende uma história baseada em documentos escritos, oficiais e preservados em arquivos;
5. Este paradigma, na sua abordagem, não se preocupa com os porquês (causas), os comos (circunstâncias) nem com os quandos e aonde (como recorte temporal e o espaço geográfico concreto);
6. O Paradigma Tradicional assume que a História é objetiva, ou seja, a missão dos historiadores é apresentar aos leitores os fatos tal como eles aconteceram sem precisar de argumentos interpretativos do autor.

De acordo com Burke, entre os anos 70 e 80 do século XX, surgiu uma onda de historiadores de distintos extremos geográficos do planeta, como Índia, Japão e América Latina, que contestaram o paradigma tradicional da história pelos seus critérios seletivos na abordagem dos eventos históricos ou historiográficos durante séculos anteriores. Um grande grupo de historiadores considera que a Nova História, com orientação historiográfica baseada nos princípios da Escola dos Annales, teve início com Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores da Revista Annales, seguidos por Fernand Braudel na geração seguinte.

Conforme os escritos de Burke, no século XIX, houve um movimento internacional para a escrita de uma história que não se limitasse apenas aos aspectos políticos e militares dos grandes senhores, mas que também abrangesse as distintas e diversificadas dimensões de vida das massas em suas complexidades comunitárias. No entanto, a Nova História emerge simultaneamente com alguns problemas:

- a) O problema de definição do objeto de estudo da Nova História



Burke aponta que a descolonização e o movimento feminista são reconhecidos como pontos de partida para uma abordagem histórica mais diversificada e abrangente, que visa desconstruir o Paradigma Tradicional da História. Nesse contexto, ele explora as similaridades e diferenças entre a vida das elites intelectuais (eruditos) e das pessoas não letradas (analfabetos) em seu cotidiano. Segundo Burke, os historiadores contemporâneos estão amplamente de acordo em considerar a História do Cotidiano como uma abordagem valiosa e genuína. O conceito de cotidiano, conforme definido por Braudel, é visto como o cerne da rotina, das ações e dos hábitos mentais das pessoas, e isso desempenha um papel central nas discussões e abordagens da história atual, tanto do ponto de vista histórico quanto historiográfico.

#### **b) O problema das fontes para a Nova História**

O Paradigma Tradicional da História, conhecido como História Vista de Cima, tem sua base nas fontes escritas, como documentos oficiais organizados em arquivos do estado. No entanto, a abordagem da História Vista de Baixo prioriza a utilização de novos tipos de fontes para complementar as evidências encontradas nos textos escritos tradicionais. Nesse contexto, são consideradas importantes fontes a oralidade, as imagens fotográficas, a arte parietal e a estatística, pois contribuem significativamente para a reconstrução histórica e historiográfica, oferecendo perspectivas adicionais e uma compreensão mais abrangente dos eventos do passado.

#### **c) O problema de explicação**

Burke destaca uma diferença entre as complexidades política e social ao questionar quem são os verdadeiros agentes na história, se são os grupos ou os indivíduos. Ele argumenta que, na atualidade, as escolhas sociais comuns são mais atraentes para todas as pretensões políticas e acadêmicas. Isso ocorre porque a abordagem historiográfica tende a focar, em grande medida, nos eventos das massas como agentes protagonistas das realizações sociais, o que influencia a maneira como a história é estudada e escrita. Esse fato pode ser relacionado com os contextos contemporâneos, especialmente em momentos eleitorais, onde o cidadão comum, independentemente de sua localização geográfica, é procurado por todos os atores políticos. Isso acontece porque todos consideram que os cidadãos são importantes para alcançar suas metas políticas, particularmente na busca pelo voto da maioria. Essa perspectiva reflete a importância das escolhas e ações coletivas na construção da história.

#### **d) O problema de síntese**

Burke ressalta que, em relação a essa dimensão, a multidisciplinaridade ou a incorporação de outras áreas científicas é inevitável para explicar a história de maneira abrangente. No entanto, ele enfatiza que os historiadores devem estar equipados com habilidades práticas para realizar esse cruzamento multidisciplinar de maneira eficaz. Em relação a essa visão das problemáticas históricas atuais, Hall argumenta que as sociedades modernas são caracterizadas por mudanças constantes, rápidas e permanentes, o que as distingue das sociedades clássicas e tradicionais. Essa dinâmica de mudança contínua é uma característica marcante das sociedades contemporâneas. Citando Anthony Giddens (1990), Stuart apresenta o seguinte argumento:

“Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência das gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer actividade ou experiência particular na continuidade do presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes” (HALL, 2006, p. 14-15).

Os pressupostos da Nova História se alinham com as diretrizes da modernidade defendidas por Stuart Hall como uma experiência de convivência com mudanças rápidas, abrangentes e contínuas, bem como uma forma de vida reflexiva. Conforme sustenta Guildens, citado por Hall, as práticas das sociedades estão constantemente em exame e sujeitas a reformas com base nos resultados de suas próprias práticas, que são alteradas constitutivamente em seu caráter.

Guildens também argumenta que o ritmo ou a velocidade das mudanças aumenta à medida que diferentes áreas geográficas do planeta Terra são impactadas pela globalização, interconectando-se virtualmente através das tecnologias de comunicação e informação. Essas novas modalidades de práticas se diferenciam das da sociedade tradicional, onde transações comerciais, por exemplo, durante a política econômica do Mercantilismo, o estado-nação ou o trabalho assalariado mantinham uma continuidade enganadora em comparação com as modalidades anteriores.

Guildens chama esse conjunto de práticas dissimilares de "deslocamento do sistema social", que envolve a extração das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo onde ocorrem eventos históricos. Por sua vez, David Harvey, mencionado por Hall, argumenta que a modernidade não implicou apenas um rompimento total com as condições anteriores, mas caracterizou-se como um processo contínuo de rupturas e fragmentações em seu próprio interior. Ernest Laclau, outro pensador citado no texto de Hall, defende que as sociedades modernas não possuem um centro ou princípio

organizador único, e seu desenvolvimento não segue uma única causa ou lei devido aos egoísmos individuais.

Laclau argumenta que as sociedades da modernidade tardia (globalização) são caracterizadas pela diversidade e atravessadas por diferentes antagonismos sociais que produzem várias posições de sujeito (identidade). A estrutura da identidade permanece aberta, pois essas variedades podem ser articuladas parcialmente sob certas circunstâncias. Essa visão mostra claramente as linhas de pensamento e posturas que definem as identidades profissionais dos historiadores da modernidade. As diferenças na ética profissional dos historiadores resultam da classificação social de uma pessoa na grande cadeia do ser, onde a luta por distinções é uma constante.

O humanismo renascentista centralizou o ser humano como o cerne da ação científica na História e em outras áreas do conhecimento. As revoluções científicas concederam ao homem a capacidade de investigar e decifrar os mistérios da natureza. A doutrina iluminista, centrada no homem racional e científico, livre do dogma e da intolerância, também influenciou as Ciências Sociais, resultando em transformações desiguais, tais como:

- O indivíduo soberano com as suas vontades, necessidades, interesses e desejos que permanece como figura central tanto nos discursos da economia moderna, tanto como nos de toda a lei moderna;
- O dualismo do pensamento cartesiano (sujeito e sua identidade), foi bem institucionalizado nas Ciências Sociais entre a Psicologia e as outras disciplinas, tendo se determinado que a Psicologia tinha grande pendor científico em estudar os processos mentais do indivíduo;
- A Sociologia, por sua vez, forneceu uma crítica ao individualismo racional do sujeito cartesiano. Ela localizou o sujeito em processos de grupos e nas normas coletivas e explicou que os indivíduos são formados de forma subjetiva através de sua participação em relações mais amplas.

### **III. Principais conclusões como lições aprendidas**

Com base nas descrições apresentadas e nos argumentos didático-metodológicos enunciados pelos autores mencionados, conclui-se que o retrato da Luta de Libertação Nacional Moçambicana, na Frente do Niassa, deve ser abordado de forma imparcial, sem apologias a

preceitos ideológicos ou vinculações políticas ao regime atual. É essencial que os estudiosos apresentem uma representação precisa dos eventos, evitando discursos triunfalistas na narrativa da epopeia libertária. Há uma considerável quantidade de pessoas contestatórias que atuaram como protagonistas diretos no processo revolucionário moçambicano e que questionam a reconstituição de eventos históricos devido à narrativa oficial prevalecente.

Conclui-se que a academia científica, como uma instituição universitária dedicada à pesquisa, deve desempenhar seu papel com rigor e imparcialidade, visando fornecer uma representação realista de temas relacionados à história nacional, incluindo questões como o "1º tiro", o massacre de Mueda e outras nuances da história pátria.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2011.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. São Paulo: Forense Universitária, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural da pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

SCHAFF, Adam. **A relação cognitiva: o processo do conhecimento, a verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Recebido em: 25/03/2022  
Aprovado em: 30/06/2022